



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA Nº.4/2004 REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA 01 DE MARÇO DE 2004

Ao primeiro dia do mês de Março do ano de dois mil e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Artur João Rebola Pombeiro e Humberto Luís Russo Ratado, vereadores eleitos pela CDU Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão, sob a Presidência do Sr. Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro-----

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia vinte sete de Fevereiro de 2004, que acusa um total de disponibilidades de 412.827,37 (quatrocentos e doze mil oitocentos e vinte sete Euros e trinta e sete cêntimos).-----

----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA--

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião começando por apresentar um contra-protesto, que leu de imediato e, que ficará anexo a esta acta dela fazendo parte integrante. Este contra-protesto surge na sequência do protesto apresentado pelos vereadores da CDU, na última reunião de Câmara, sobre a forma centralizadora, antidemocrática e quase secreta como está a ser dirigida a Revisão do Plano Director Municipal.-----

Após ter ouvido a leitura do contra-protesto, o vereador Joaquim Serra pediu a palavra, e fez o seguinte comentário: “Sente-se muito desagradado com a expressão utilizada pelo Sr. Presidente tanto neste contra-protesto,

como costuma também utilizar na reuniões de Câmara “falta de seriedade”, porque uma das coisas que pauta a sua vida é precisamente a seriedade sobretudo nas actuações. Por isso desafia o Sr. Presidente a demonstrar e a descrever quais foram as atitudes menos sérias, que ao longo deste mandato, já tomou nesta casa. Gostaria que o Sr. Presidente fizesse uma lista e que demonstrasse quais foram os processos em que ele teve intervenção neste mandato que só serviram para atrasar e não para colaborar e, que fizesse também uma lista daqueles processos em que ele teve intervenção, nesta casa, de modo a ajudar e a solucionar os problemas e que muitos deles o Sr. Presidente acabou por reconhecer e retirá-los das reuniões, por entender que estavam mal preparados. Referiu que se o Sr. Presidente entende isto como não colaborar então ele pode começar a ter atitudes completamente diferentes. Por outro lado, no seu entendimento, o Sr. Presidente continua a misturar aquilo que é o órgão colegial “Câmara” com o tratamento que é dado aos munícipes, pois os vereadores não podem ser tratados na questão da “Revisão do Plano de Pormenor” como um munícipe – eles são donos do Plano, e o dono do Plano é a Câmara toda, por isso todos os vereadores têm que ter conhecimento de todo o papel da Câmara nesta intervenção. Quando o Sr. Presidente refere, no contra-protesto, que a Câmara reuniu com a entidade tal – é a Câmara enquanto órgão colegial e, que apesar de ter sido feita por um representante, o órgão tem que tomar conhecimento do que foi tratado. É isto que ele entende faltar na discussão deste Plano, ou seja, falta muita discussão e, ao contrário do que o Sr. Presidente diz, não basta ter os documentos nem dizer que cá estão, têm sim que ser agendados em reuniões de Câmara e serem discutidos. É este o tratamento que tem que ser dado a todos os eleitos, e não como o Sr. Presidente entende que a participação dos vereadores da CDU no Plano Director Municipal é feita através da participação dos Munícipes. Não pode ser assim, os vereadores da CDU não estão no órgão colegial como munícipes, estão como eleitos e o tratamento é completamente diferente. Atitudes menos sérias não as tem, nem nunca as teve e em nenhum processo fez qualquer intervenção que fosse ou para o boicotar, ou para não lhe dar o melhor seguimento, antes pelo contrário. Contudo, se assim o entenderem, já na reunião de hoje pode ter uma atitude completamente diferente para se ver como as coisas avançam – rematou o vereador Joaquim Serra.-----

Usou da Palavra o Sr. Presidente sublinhando que se o Sr. Vereador Joaquim Serra ficou desagradado com a questão da “seriedade”, é óbvio que se recuasse no tempo, houve várias atitudes pouco correctas, indelicadas, etc., Contudo também ele ficou muito desagradado com o protesto apresentado pelos vereadores da CDU, quando insinuam haver pouca transparência na gestão presidencialista e antidemocrática, quando o Sr. vereador Joaquim Serra sabe que não é verdade. Na sua opinião,

considera que tem havido é democracia a mais, e quem sabe se este não tem sido o erro, pois se ele tomasse a posição que se toma em algumas Câmaras de gestão CDU, nomeadamente, em relação aos documentos, que em vez de serem enviados aos vereadores, são colocados à disposição para os consultarem 48 horas antes da reunião – certamente esta atitude seria muito menos democrática daquela que tem tido até agora. O Sr. vereador Joaquim Serra sabe muito bem que todos os elementos que são pedidos são-lhe fornecidos, por isso não pode admitir de maneira nenhuma que o Sr. vereador venha dizer que há falta de transparência – rematou o Sr. Presidente.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra referindo que quando diz que a gestão é presidencialista é porque tudo o que eram competências da Câmara que era possível serem delegadas no Sr. Presidente - foram logo delegadas, e sobre muitas destas competências que foram delegadas nunca foram prestadas contas nas reuniões de Câmara sobre a actividade na base dessas competências. A forma como está a ser gerido o Plano Director Municipal – não dando a conhecer quer a situação do diagnóstico, quer a posição da Câmara nas reuniões, é também uma gestão presidencialista, ou seja, confunde-se o Presidente da Câmara com o órgão colegial Câmara. Por isto diz que a gestão é antidemocrática – porque as competências dos órgãos têm que ser tomadas nos órgãos e não por uma única pessoa. No que concerne ao referido no contra-protesto apresentado pelo Sr. Presidente “falta de seriedade”, nada tem a ver com o que foi referido no Protesto da CDU (gestão presidencialista) pois uma pessoa pode adoptar uma postura presidencialista, uma postura pouco democrática, mas quando se fala de “falta de seriedade”, significa que as pessoas estão aqui a fazer vigarices. O Sr. Presidente salientou que isso depende da interpretação de cada um.-----

Ainda neste período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente apresentou outro assunto: Outro folheto “Borba News”, no qual se faz mais uma vez política anónima e onde se identifica quem poderá estar por detrás de um documento desta natureza. Informou que é mais um documento que vai enviar para o Ministério Público, e para a Judiciária, acompanhado de ofício. Salientou que grande parte das questões que aparecem no documento até podem por em cheque pessoas que têm cargos na Câmara, pois há assuntos que se identificam perfeitamente de onde podem vir e quem são as pessoas que têm acesso a alguma informação que nele consta. Com isto não quer dizer que sejam alguns dos presentes que se identifiquem com isto, mas podem ser postos em cheque com afirmações que são referidas no documento, porque não é toda a gente que tem acesso a certa informação que nele consta e, que, embora não sejam ilegalidades, daria para esclarecer alguns assuntos relacionados com política anterior.----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra referindo que sobre este assunto continua a considerar que o Sr. Presidente perde por não ir directamente

aos assuntos, ou seja, se tem suspeitas porque não as trata. Lança meia dúzia de “parangonas” onde diz: suspeita-se disto, suspeita-se daquilo, porque é que não age em conformidade.-----

“Porque não há provas” – referiu o Sr. Presidente, acrescentando que se com provas as pessoas acabam por dizer que é política e que não há fundamento para se acusar ninguém. Nem mesmo ele deveria ligar importância a uma coisa destas anónima. Contudo é aqui apresentada só para ficarem com a colecção completa.-----

“Mas se o trás à reunião é porque o considera importante” – frisou o vereador Joaquim Serra.-----

“Não é que considere importante, mas se viesse assinado daria azo a outras coisas que assim não se podem fazer” – rematou o Sr. Presidente.-----

Entretanto o Sr. Presidente informou sobre o falecimento do Sr. vereador Canelas da Câmara de Mora. Propôs que se aprovasse a apresentação de condolências à Câmara Municipal de Mora e à família do vereador, embora já o tenha feito enquanto Presidente da Câmara. A proposta foi aprovada por unanimidade. Informou ainda que, talvez por lapso, à Câmara Municipal de Borba não chegou nenhum fax informando sobre este acontecimento, tal como chegou a outras Câmaras. Contudo, logo que soube ligou ao Sr. Presidente da Câmara de Mora lamentando o facto de não poder estar presente no funeral, pois tratava-se de uma pessoa por quem tinha muita estima e consideração.-----

-----PONTO 2. ORDEM DO DIA -----

A Ordem do Dia foi a seguinte:-----

Ponto 2.1 – Aprovação da Acta nº.3/2004-----

Ponto 2.2 – Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial da Cruz de Cristo-----

Ponto 2.3 – Normas de Participação para o “Concurso Borba Florida”-----

Ponto 2.4 – Compra e Venda de Imóvel-----

Ponto 2.5 – Permuta de Terrenos-----

Ponto 2.6 – Proposta de Normas e Condições de Acesso ao FAME-----

Ponto 2.7 – Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Borba e o Banco Espírito Santo-----

Ponto 2.8 – Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Borba e a ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo-----

Ponto 2.9 – Pré-Candidatura para o Arrelvamento do Campo de Futebol e Pista de Atletismo-----

Ponto 2.10 – Apresentação da Candidatura “Beneficiação de Caminhos Rurais” ao Programa AGRIS-----

Ponto 2.11 – Intenção de reversão de lotes de terreno na Zona Industrial da Cruz de Cristo por incumprimento do estipulado no respectivo regulamento de venda de lotes.-----

Ponto 2.12 – Actividades da Câmara-----

PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DA ACTA N.º 3/2004 -----

Previamente distribuída por todo e executivo, e após a introdução de algumas correcções, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a Acta n.º 3/2004.-----

PONTO 2.2 – ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA CRUZ DE CRISTO-----

Esta alteração surge da necessidade de regularizar algumas situações pré-existentes em desconformidade com o plano de pormenor em eficácia, e dar resposta à grande procura de lotes de pequenas dimensões, subdividindo para o efeito os lotes n.º 84 e 85 que são propriedade da Câmara.-----

De acordo com o preceituado pelo Decreto Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 310/2003 de 10 de Dezembro, esta alteração segue de acordo com o artigo 96º os procedimentos previstos para a elaboração, aprovação, ratificação e publicação.-----

O prazo para elaborar a alteração ao plano de pormenor é de 30 dias.-----

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere estabelecer um prazo de 30 dias de acordo com o previsto no n.º 2 e 3 do art.º 77º do citado diploma, para formulação de sugestões, bem como para apresentação de informações que possam ser consideradas no âmbito do procedimento da alteração.-----

Assim ao abrigo do artigo 74º do mesmo diploma propõe-se que se delibere elaborar a alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial da Cruz de Cristo.-----

Depois de analisar a proposta, o vereador Joaquim Serra perguntou se foi ponderado se é a figura da alteração a que melhor serve para esta questão do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Cruz de Cristo, tendo em conta a existência de algumas situações pré-existentes em desconformidade. Referiu, porém, que aquele Plano de Pormenor tem situações em desconformidade desde a primeira construção. Foram também feitas duas alterações, uma das quais em regime simplificado, que não sabe se chegaram a ser publicadas, mas que seria importante para esta alteração agora proposta.-----

A proposta foi colocada à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, dar início ao processo de alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial da Cruz de Cristo.-----

PONTO 2.3 – NORMAS DE PARTICIPAÇÃO PARA O “CONCURSO BORBA FLORIDA”

Previamente distribuídas por todos os eleitos, propõe-se a aprovação das Normas de Participação para o “Concurso Borba Florida”, que ficarão anexas a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

O vereador Artur Pombeiro apresentou as normas em causa, e esclareceu que a Câmara Municipal de Borba pensou aderir a este concurso que também tem tido muita aderência por diversas autarquias. Tendo em conta a época que se avizinha, e que certamente todo o país irá ser visitado por muitos estrangeiros, e não só, a Câmara entendeu dar uma melhor panorâmica e alegria à vila.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra e perguntou qual é orçamento previsto para esta acção, e quais são as rubricas do Plano e Orçamento por onde se ela vai ser paga.-----

O vereador Artur Pombeiro informou que pediu à técnica para fazer uma estimativa de valores para esta acção. Contudo, ainda não se sabe o número de pessoas que irá aderir à iniciativa (embora se tenha apontado para 150 a 200) por isso ainda não se pode prever o valor exacto para o orçamento. A rubrica é ambiente – outras despesas. Agora o primeiro passo é divulgar as normas para que as pessoas possam ter conhecimento e concorrer, e depois de acordo com o número de participantes será feito o orçamento definitivo.-----

Entretanto o Sr. Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar as normas de participação para o “Concurso Borba Florida”. Contudo, os vereadores eleitos pela CDU referiram que nada têm a opor à realização desta acção, e entendem que será um bom desafio à participação dos Borbenses, assim eles se envolvam e sejam estimulados a participar, no entanto, lamentam que estas ideias surjam de improviso, que não se encontrem reflectivas no plano de acções mais relevantes da Câmara Municipal e não se encontrem previstas em orçamento. Recomendam que futuramente acções deste tipo venham devidamente orçamentadas e tratadas e que respeitem aquilo que são as opções do plano e as acções mais relevantes. Recomendam também que, se fosse possível, o âmbito não deveria só abranger o núcleo histórico, mas sim estender-se a toda a vila de Borba excepto à zona dos novos loteamentos.-----

O Sr. Presidente referiu que, de acordo com a ZEP, a zona histórica inclui quase toda a vila à excepção dos novos loteamentos. Relativamente às Grandes Opções do Plano, como é óbvio, poderá haver pequenas acções que não estejam previstas na altura da sua elaboração por isso não aparecem inscritas.-----

PONTO 2.4 – COMPRA E VENDA DE IMÓVEL-----

A discussão e aprovação deste ponto transitou para a próxima reunião de Câmara, para que seja melhor analisado pelos serviços que tratam deste assunto.-----

PONTO 2.5 – PERMUTA DE TERRENOS-----

A discussão e aprovação deste ponto transitou para a próxima reunião de Câmara, para que seja melhor analisado pelos serviços que tratam deste assunto e para que seja facultada aos eleitos a avaliação dos terrenos a permutar e quais os parâmetros em que foram avaliados.-----

PONTO 2.6 – PROPOSTA DE NORMAS E CONDIÇÕES DE ACESSO AO FAME-----

Previamente distribuídas por todos os eleitos, propõe-se a aprovação das Normas e Condições de Acesso ao FAME – Fundo de Apoio às Microempresas. O objectivo é por à disposição das microempresas do Concelho um produto financeiro inovador e atractivo comparativamente aos normais disponibilizados pela Banca. Este produto visa ser utilizado no financiamento de pequenos projectos de investimentos de uma forma exclusiva ou complementar a fundos próprios ou provenientes de outros sistemas. Aplica-se à área geográfica do Concelho de Borba e a projectos de investimento nas áreas da indústria, do comércio, do turismo ou dos serviços.-----

Tipologia do projecto – Investimentos produtivos em capital fixo até ao montante de 15.000,00 Euros.-----

Depois de analisar a referida proposta, o vereador Joaquim Serra referiu que, na sua opinião, em termos constitucionais há um tratamento discricionário no nº.5 do Artº.10º das referidas Normas, que refere o seguinte: “Os projectos que envolvem necessidade de aprovação e licenciamento camarário gozarão de prioridade na sua apreciação pelos serviços da Câmara”. Entende ter que haver equidade no tratamento das situações e se este número constar das normas essa equidade não se verifica. Ponderada esta questão, decidiu-se tirar o ponto 5 do artº.10º.-----

O vereador Joaquim Serra referiu ter dúvidas quanto à natureza da proposta, e à sua aplicação externa, ou seja, se para ter eficácia externa necessita ou não de aprovação pela Assembleia Municipal. O Sr. Presidente referiu que, na sua opinião, não carece de aprovação pela Assembleia Municipal, pois trata-se de Normas e não de Regulamento.-----

A proposta foi colocada à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar as Normas e Condições de Acesso ao FAME. Os vereadores eleitos pela CDU aprovaram esta proposta condicionada à

apresentação de parecer jurídico favorável (transcrito para a acta) no sentido de fundamentar a obrigatoriedade, ou não, deste documento carecer de aprovação do Órgão Deliberativo (Assembleia Municipal).-----

Ficará cópia das mesmas anexas a esta acta dela fazendo parte integrante.--

Foi pedido o parecer jurídico, que se passa a transcrever: *“O facto de as decisões terem eficácia externa não pressupõem a respectiva aprovação pela Assembleia Municipal. Na verdade, as deliberações camarárias também podem ter eficácia externa. O único requisito legal quanto à eficácia externa é a necessidade das respectivas deliberações, nos termos do n.º.1 do art.º.91º da lei 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º.5-A/2002, de 11 de Janeiro.*-----

A matéria em causa, não se incluindo nas competências próprias da Assembleia Municipal (art.º.53º da citada Lei), é da competência da Câmara Municipal, alínea b) do n.º.4 do art.º.64º.”-----

PONTO 2.7 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA E O BANCO ESPÍRITO SANTO-----

Com o objectivo de estimular o investimento das micros e pequenas empresas do concelho, a Câmara Municipal de Borba criou o FAME – Fundo de Apoio às Microempresas do Concelho de Borba.-----

Pretende-se que este investimento seja orientado para a melhoria dos produtos e/ou serviços prestados, na modernização das instalações e equipamentos e nas modificações decorrentes de imposições legais e regulamentares.-----

A Câmara Municipal de Borba entende vantajoso e conveniente associar neste seu projecto outras entidades nomeadamente a Banca, beneficiando assim da sua experiência e capacidade nesta área e potenciando os recursos financeiros disponíveis.-----

Com estes pressupostos a Câmara Municipal de Borba e o BES acordam em estabelecer uma parceria com vista à operacionalização do FAME - Fundo de Apoio às Microempresas do Concelho de Borba.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Borba e o Banco Espírito Santo, que depois de assinado ficará cópia anexa a esta acta dela fazendo parte integrante. Os vereadores eleitos pela CDU, votaram favoravelmente, contudo este sentido de voto fica condicionado à apresentação do parecer jurídico favorável relativamente à obrigatoriedade, ou, não, das Normas do FAME carecerem de aprovação pela Assembleia Municipal.-----

PONTO 2.8 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA E A ADRAL – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO

Com o objectivo de estimular o investimento das micros e pequenas empresas do concelho, a Câmara Municipal de Borba criou o FAME – Fundo de Apoio às Microempresas do Concelho de Borba.

Pretende-se que este investimento seja orientado para apoiar as Microempresas nomeadamente na melhoria dos produtos e/ou serviços prestados, na modernização das instalações e equipamentos e nas modificações decorrentes de imposições legais e regulamentares a que as mesmas estão sujeitas.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Borba e a ADRAL, que depois de assinado ficará cópia anexa a esta acta dela fazendo parte integrante. Os vereadores eleitos pela CDU, votaram favoravelmente, contudo este sentido de voto fica condicionado à apresentação do parecer jurídico favorável relativamente à obrigatoriedade, ou, não, das Normas do FAME carecem de aprovação pela Assembleia Municipal.

PONTO 2.9 – PRÉ-CANDIDATURA PARA O ARRELVAMENTO DO CAMPO DE FUTEBOL E PISTA DE ATLETISMO

A Câmara Municipal de Borba deliberou, por unanimidade, apresentar a Pré-Candidatura “Arrelvamento Sintético do Campo de Futebol e Pista Reduzida para Atletismo, ao Co-Financiamento FEDER (MEDIDA DESPORTO). O valor da Pré-Candidatura é de 920.000,00 Euros.

Os vereadores eleitos pela CDU votaram favoravelmente, no entanto, o vereador Joaquim Serra chamou a atenção para o facto de também não ter encontrado nada no PPI respeitante a esta candidatura. Sabe perfeitamente que para esta candidatura se tornar uma prioridade, para a presente maioria, e entrar no PPI, outra terá que deixar de o ser. Quando se aprovou na Assembleia Municipal, havia um determinado conjunto de propostas que formavam o PPI e que foram aprovadas por este órgão. Neste momento está a tratar-se de uma prioridade que em termos de dimensão não tem nada a ver com o que foi aprovado em PPI. Pergunta então – como é que se trata isto de modo que, quando surja uma prioridade se veja como é que vai ser compensada em termos de PPI? O Sr. Presidente respondeu que pode ser feita uma revisão ao PPI. “É precisamente isso que deve ser ponderado para

posteriormente poder ser dada uma explicação – rematou o vereador Joaquim Serra”.-----

PONTO 2.10 – APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA “BENEFICIAÇÃO DE CAMINHOS RURAIS” AO PROGRAMA AGRIS-----

A Câmara Municipal de Borba deliberou, por unanimidade, apresentar a candidatura “Beneficiação de Caminhos Rurais” ao programa AGRIS. O valor da candidatura é de 344.100,00 Euros.-----

PONTO 2.11 – INTENÇÃO DE REVERSÃO DE LOTES DE TERRENO NA ZONA INDUSTRIAL DA CRUZ DE CRISTO POR INCUMPRIMENTO DO ESTIPULADO NO RESPECTIVO REGULAMENTO DE VENDA DE LOTES--

Tendo em conta o incumprimento do estipulado no regulamento de venda de lotes de terreno da Zona Industrial da Cruz de Cristo, a Câmara propõe notificar os adquirentes dos lotes que se encontram em situação de incumprimento, da intenção dos mesmos reverterem para a posse do Município:-----

Depois de analisarem a proposta passou-se à sua discussão. O Vereador Joaquim Serra começou por referir que, na sua opinião, este assunto não carecia de deliberação camarária. Tratando-se de um assunto corrente o Sr. Presidente tem competência para notificar os adquirentes em incumprimento. Após notificados, e passados os prazos se não se pronunciassem, aí sim que deveria ser deliberada a reversão dos lotes para a posse do Município.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente referindo que é o que pretende fazer, na fase seguinte. Contudo, na sua opinião, se for deliberada a intenção de reversão, há um maior impacto para o tratamento do assunto. Pois uma simples carta de notificação não tem o mesmo impacto que tem uma notificação com uma decisão tomada por uma deliberação camarária, que se torna pública, que vai para os editais, para os jornais, etc. Posteriormente será tratada a “deliberação de reversão”.-----

Ainda na opinião do vereador Joaquim Serra entende que deveria ser tomada a mesma decisão para os Loteamentos Habitacionais, onde houver também situações de incumprimento.-----

Entretanto o Sr. Presidente referiu não ter conhecimento, se há situações de incumprimento nos loteamentos habitacionais. Contudo vai ser feito o levantamento das situações de incumprimento que possam existir nos

loteamentos habitacionais e serão preparadas para que se tratem em próxima reunião de Câmara.-----

Seguidamente o Sr. Presidente colocou a proposta à votação. Os vereadores eleitos pela CDU, referiram que são da opinião que os regulamentos devem ser cumpridos, por isso, não se opõem a que seja feita esta notificação. Gostariam, no entanto, que na próxima reunião fosse feito o mesmo tratamento para com os Loteamentos Habitacionais.-----

Entretanto o vereador Humberto Ratado pediu a palavra tendo referido que estes incumprimentos vêm de anteriores mandatos. Parece-lhe muito bem que os regulamentos sejam para cumprir, no entanto, lamenta que não tenham sido levados em conta de uma forma mais precisa pelo anterior executivo.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra afirmando que foram precisos dois anos para chegar a esta conclusão.-----

Foi então deliberado, por unanimidade, notificar os adquirentes dos lotes de terreno da Zona Industrial da Cruz de Cristo que se encontram em situação de incumprimento, da intenção dos mesmos reverterem para a posse do Município.-----

Tendo em conta o artº.101º do Código do Procedimento Administrativo os interessados serão notificados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.-----

PONTO 2.12 – ACTIVIDADES DA CÂMARA-----

Hasta pública para adjudicação de Banca do Mercado Municipal.-----

Informa-se que a hasta pública para adjudicação da Banca nº.4 do Mercado Municipal, marcada para dia 12 de Fevereiro de 2004, ficou deserta de interessados.-----

Hasta pública para adjudicação do Pavilhão, construído no lote nº.30, sito na Zona Industrial da Cruz de Cristo e para adjudicação de duas habitações na Aldeia Lacerda.-----

Informa-se que as hastas públicas, marcadas para dia 26 de Fevereiro de 2004, para adjudicação do Pavilhão sito na Zona Industrial e de duas habitações sitas na Aldeia Lacerda, ficaram desertas de interessados.-----

O Senhor Presidente informou que, para além das actividades normais de funcionamento e gestão, desde a última reunião de Câmara participou:-----

- ✓ Reunião com o representante do Instituto da Droga e Toxicoddependência com o objectivo de se tentar avançar com o plano de prevenção do concelho.-----

- ✓ Foi apresentado o estudo de viabilidade económica, pela empresa Cesó, no âmbito da EDC – Mármoreos.-----
- ✓ Participação com a AMDE, numa reunião da Junta de Extremadura, para apresentação do Programa “Panexal” que tem em vista a gestão do território.-----
- ✓ Entrevista para o Jornal “Expresso”, sobre a problemática dos mármoreos.-----

O Vereador Artur Pombeiro informou o restante executivo das actividades relativas aos seus pelouros:-----

- ✓ Reparação do caminho da Horta das Viegas (Ribeira de Borba)----
- ✓ Loteamento do Forno-Orada – Abertura de valas e aplicação de tubagens-----
- ✓ Loteamento da Nave-Nora – Calçetamento e preparação de espaços verdes, tendo em vista a conclusão dos trabalhos neste loteamento.-----
- ✓ Águas da Nora – Continuam os trabalhos de substituição da conduta e dos ramais.-----
- ✓ Continuam os trabalhos nos Caminhos de acesso à UNOR 2. Está quase concluída a intervenção no 1º caminho que liga Valflor ao loteamento do Barro Branco.-----
- ✓ Por solicitação das pessoas estão a reparar-se alguns muros que se encontram degradados, desde a altura do anterior mandato, e que este executivo desconhecia.-----

O Vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

- ✓ Continuação de reuniões com as Comissões Organizadoras das Feiras do Queijo e das Ervas Alimentares.-----
- ✓ Continuação de reuniões com a Comissão Organizadora para as Comemorações do 25 de Abril. Tal como já fez referência em reuniões anteriores foram convidadas a participar as Colectividades e Associações do Concelho e estão a chegar a um consenso em termos de actividades a desenvolver.-----
- ✓ Reunião do Núcleo Executivo da Rede Social e Plenário, onde foram apresentadas as propostas e aprovadas, por unanimidade, pelos dois órgãos. O vereador Humberto entregou cópia destas propostas ao vereador Joaquim Serra, tendo em conta o pedido deste em reunião anterior.-----
- ✓ Reunião de Coordenação com as Câmaras Municipais, na Região de Turismo de Évora, sobre a implementação do Sistema de Sinalização

Turística Concelhia, e sobre a pretensão de Modernização dos Postos de Turismo do Distrito. Existe agora a possibilidade de se fazer uma candidatura ao PITUR e a Região de Turismo pretende que sejam seguidos determinados parâmetros no Distrito dos Postos de Turismo. Borba é um caso que necessita de um Posto de Turismo noutra local da vila e, surgindo agora esta possibilidade, aguarda-se pelas directrizes da Região de Turismo de Évora para se fazer uma candidatura conjunta para os Postos de Turismo a nível do Distrito. Relativamente ao Plano de Sinalização Turística concelhia, chegaram a semana passada as plantas referentes a Rio de Moinhos, Barro Branco e Orada que, neste momento, estão a ser analisadas pela técnica da Câmara que acompanhou este processo de elaboração destas cartas, para que depois de verificadas possíveis alterações se alterem e se traga a uma reunião de Câmara para aprovação.-----

- ✓ Participação no Congresso do Alentejo, em Montemor-o-Novo.-----
- ✓ Preparação para as Comemorações do dia 8 de Março – Dia Internacional da Mulher. À semelhança de anos anteriores, será oferecido um lanche e uma pequena lembrança a todas as mulheres que participarem, sendo-lhes proporcionada uma tarde de animação e convívio. Se o tempo permitir esta animação realizar-se-á em Santa Bárbara (havendo a possibilidade de se realizar outro tipo de animação, como por exemplo jogos), caso o tempo não o permita realizar-se-á nas instalações dos Bombeiros Voluntários, tal como aconteceu nos últimos dois anos. Já saiu o cartaz/convite que se distribuiu pelas Juntas de Freguesia, Associações e Colectividades de todo o Concelho para que possa ser o mais divulgado possível e para que as mulheres se possam inscrever.-----

O vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, colocou as seguintes questões:-----

- ✓ Tendo em conta o convite que recebeu perguntou se se mantém a visita às obras do concelho e quem são os convidados. O Sr. Presidente respondeu que a visita se mantém para sábado e foram convidados os vereadores, todos os elementos da Assembleia Municipal e vai também convidar as Juntas e Assembleias de Freguesia.-----
- ✓ Na última reunião de Câmara ficou por tratar a questão das Bolsas de Estágio e ficou sem saber qual é a situação do Sr. João Oliveira. O Sr. Presidente informou que foi feita uma prestação de serviços com o Sr. João Oliveira. Entretanto o vereador Joaquim Serra referiu que gostaria de consultar o processo.-----

- ✓ Solicitou numa reunião de Câmara (e ainda não lhe foram entregues) as avaliações que serviram de base aos terrenos que foram permutados com a Cooperativa de Olivicultores de Borba, e que nessa avaliação fosse estimado qual o valor que vai estar envolvido na vedação das propriedades (porque a Câmara assumiu a responsabilidade de fazer a vedação). Pediu também que lhe fosse facultado o enquadramento quer em PDM quer em PU dos dois terrenos permutados.-----
- ✓ Mapa de contratualização (empreitadas e prestações de serviços) – também pediu e ainda não lhe foi entregue.-----
- ✓ Pediu ainda que, lhe fosse facultado na próxima reunião de Câmara, cópia da Execução Orçamental de receitas e despesas a Fevereiro de 2004 e cópia do Resumo Diário de Tesouraria de 31/12/04.-----

Antes de dar a reunião por encerrada, o Sr. Presidente procedeu à leitura da minuta da acta que, foi aprovada por unanimidade e, ficará anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

-----ENCERRAMENTO-----

Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, pelas treze horas, da qual se lavrou a presente acta, composta por catorze páginas que vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista que a redigi.-----